

N. 222.—AGRICULTURA, COMMERCIO E OBRAS PUBLICAS.
—EM 12 DE ABRIL DE 1878.

Dochara que nenhum procedimento cabe ao Juiz de Orfãos em relação ao facto de não terem sido classificados, com todos os individuos a elas pertencentes, as famílias e travas inscriptas em 2.^o e 3.^o lugar, quando não ha reclamações de interessados; quando ento parte no arbitramento o senhor do escravo e o Collector, não pôde este funcionar nos casos em que aquelle é seu tio e que, sendo diversas a natureza e carácter dos actos da administração e das da ordem judiciaria, não ha razão para que se applique a todos indistinctamente a mesma regra das suspeções.

N. 4.—2.^a Secção.—Directoria da Agricultura.—Ministerio dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.—Rio de Janeiro, 12 de Abril de 1878.

Hm. e Exm. Sr.—A essa Presidência consultou o Juiz de Orfãos do termo da Imperial Villa da Victoria:

1.^o Que procedimento lhe caberia ter em relação ao facto de não terem sido classificadas com todos os individuos a elas pertencentes, as famílias escravas inscriptas em 2.^o e 3.^o lugar.

2.^o Se podia o Collector funcionar no arbitramento que interessa a um seu tio.

Ao que essa Presidência respondeu, em oficio de 24 de Agosto do anno findo, incluso por cópia, no de 18 de Outubro a este Ministerio, que a primeira dúvida estava resolvida nas disposições do art. 43 do Regulamento de 13 de Novembro de 1872, e, quanto à segunda, não se achando prevista a hipótese no mesmo regulamento, cabia applicar-lhe a doutrina do Aviso de 10 de Dezembro de 1873.

Ouvidas sobre a materia as Secções reunidas dos Negocios do Imperio e da Justiça do Conselho de Estado, Houve por bem Sua Magestade o Imperador, por Immediata Resolução de 6 do corrente, tomada sobre Consulta de 15 de Janeiro, decidir:

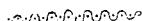
1.^o Que de acordo com a Imperial Resolução de 27 de Setembro de 1876, sobre Consulta da Secção de Justiça de 26 de Julho do mesmo anno, nenhum procedimento cabe ao Juiz, quando não ha reclamações de interessados, podendo ser admittido o arbitrio do mesmo Juiz, nos termos da referida consulta, quando a reclamação é extemporanea, por força maior, e ainda *re integra* ou antes do processo de arbitramento.

2.^o Que sendo parte no arbitramento o senhor do escravo e o Collector, não pôde este funcionar nos casos em que aquelle é seu tio.

Outrosim, consultadas aquellas Secções sobre se são aplicáveis aos funcionários da administração as leis que regulam os casos de suspeição dos julgadores e outros empregados de ordem judiciaria, Houve por bem o mesmo Augusto Senhor,

pela citada Resolução de 6 do corrente, decidir que, sendo diversos a natureza e carácter dos actos da administração e dos da ordem judiciária, não há razão para que se aplique a todos indistintamente a mesma regra das suspeções.

Deus Guarde a V. Ex.—*João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú*.—Sr. Presidente da Província da Bahia:



N.º 23.—AGRICULTURA, COMMERÇIO E OBRAS PÚBLICAS.
—EM 12 DE ABRIL DE 1878.

Aprova o contrato celebrado em 29 de Janeiro com José da Silva Figueira, para a construção do túnel na linha central; e recomenda a observância dos arts. 50, 76 e 77 do Regulamento de 28 de Junho de 1876, nos casos idênticos.

N.º 47.—1.^a Secção.—Directoria das Obras Públicas.—Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas.—Rio de Janeiro em 22 de Abril de 1878.

Tendo em consideração o que Vm. expôz em ofício n.º 31, de 6 de Março proximo passado, e visto o estado de adiantamento da obra do túnel que tem de substituir parte do círculo da caçoeira dos Marmelos na linha central dessa estrada de ferro, decifro-lhe que seja aprovado o contrato por Vm. celebrado com José da Silva Figueira em 29 de Janeiro último; cumprindo, porém, que em casos idênticos sejam fielmente observadas as disposições dos arts. 50, 76 e 77 do Regulamento de 28 de Junho de 1876.

Deus Guarde a Vm.—*João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú*.—Sr. Director da Estrada de ferro D. Pedro II.



N.º 224.—AGRICULTURA, COMMERÇIO E OBRAS PÚBLICAS.
—EM 13 DE ABRIL DE 1878.

Declara que as passagens concedidas a pedido de imigrantes, para a vinda de parentes seus, não se devem considerar gratuitas.

N.º 26.—3.^a Secção.—Directoria da Agricultura.—Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas.—Rio de Janeiro em 13 de Abril de 1878.

Autorizando V. S. a dar as convenientes ordens para ser attendida a supplicie dos colonos Augusto Narzinski e